Justificativa: - PDL 0094/2016

A presente propositura tem por objetivo conceder a honraria na forma da Medalha Anchieta e do Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo ao Sr. Adriano Diogo, pelos relevantes serviços prestados à cidade de São Paulo, conforme demonstra sua Biografia abaixo.

Adriano Diogo é formado pela USP. Nasceu em 30 de Março de 1949, no bairro da Mooca, zona leste de São Paulo.

Iniciou suas atividades políticas em 1963 e, depois, no Colégio Américo de Moura, na Vila Prudente, onde organizou o movimento secundarista.

Em 1969, entrou no curso de Geologia na Universidade de São Paulo (USP) e passou a organizar o movimento cultural na universidade. Era integrante do Grupo de Teatro Politécnico, o GTP, como ficou conhecido, modelo de ação cultural contínua no meio estudantil.

Por suas ações reivindicatórias, contrárias ao regime ditatorial de Emílio Garrastazu Médice, no movimento estudantil do DCE da USP, Adriano Diogo foi preso e torturado pela Operação Bandeirante (Oban) em 1971.

Quando finalmente foi libertado, em 1973, organizou a luta pela anistia e pelos direitos humanos. Engajou-se nas reivindicações populares e foi um dos líderes do movimento de moradia dos encortiçados do centro da cidade de São Paulo e do bairro da Mooca.

Adriano Diogo foi vereador de São Paulo de 1988-1992, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo reeleito para exercer o mesmo cargo de 1993-1996. Seu mandato se manteve centrado nas questões ambientais e sociais, principalmente nas regiões da zona leste da cidade de São Paulo. Em 1997, foi reeleito vereador e dedicou seu mandato à saúde pública até o ano de 2000.

Em 2002, Adriano Diogo assume seu primeiro mandato como deputado estadual. Em 2003, licenciou-se do cargo assumindo a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da cidade de São Paulo, devido à sua experiência como geólogo e à sua atuação como vereador da capital por 14 anos, em que exerceu um mandato voltado às causas sociais e ambientais.

Reassumiu seu mandato na Assembleia Legislativa em janeiro de 2005. Em apenas um ano de legislatura, aprovou entre os deputados dois importantes projetos para São Paulo: o projeto das piscininhas, que prevê medidas para conter as enchentes no Estado, e o projeto de fiscalização das águas minerais, que estabelece regras específicas para extração, transporte e comercialização da água mineral.

O deputado é presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente e membro da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia. Foi relator de importantes projetos, como a Lei Específica da Guarapiranga e a Lei de Cobrança pelo uso da água, que foram aprovadas pelo Legislativo e pelo Executivo.

O Deputado Adriano Diogo é autor do projeto que criou a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo que leva o nome do ex-deputado santista Rubens Paiva, desaparecido desde 1971.

A Comissão da Verdade de SP tem como finalidade colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, com o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado de Direito Democrático, em relação às graves violações de direitos humanos

ocorridas, no território do estado de São Paulo, ou praticadas por agentes públicos estaduais durante o período de 1964 a 1982.

Fruto de uma longa luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, a proposta de uma Comissão da Verdade foi democraticamente construída na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, sendo incorporada formalmente ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado no final de 2009 pelo Governo Federal.

Ao final dos trabalhos em dezembro de 2014, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" apresentou um relatório circunstanciado do seu trabalho e dos resultados obtidos, ganhando uma ampla divulgação e aprovação da sociedade. Adriano Diogo é presidente foi presidente da comissão.

Assim, submeto esta propositura para análise e aprovação."

Publicado no Diário Oficial da Cidade em 03/08/2016, p. 92

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.